

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

OS MANICÔMIOS COMO FERRAMENTA MÉDICA E PSIQUIÁTRICA DO PROCESSO DE EUGENIA RACIAL E SOCIAL NO BRASIL ¹

ASYLUMS AS A MEDICAL AND PSYCHIATRIC TOOL IN THE PROCESS OF RACIAL AND SOCIAL EUGENICS IN BRAZIL

Rafael da Silva Tassotti²

¹ Pesquisa elaborada junto ao curso de Psicologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

² Estudante do Curso de Psicologia/UNIJUI

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende mostrar que o racismo e os processos de eugenia sempre estiveram enraizados na estrutura das instituições públicas e privadas desde o tempo da escravidão, e que a fim de se consolidar no processo histórico do nosso país, pode contar com diversas ferramentas do Estado. Uma dessas ferramentas foi a instauração de um modelo perverso de tratamento de doenças e transtornos mentais em hospitais psiquiátricos, em um período que ficou marcado em nossa história e levou o título de "higienização social". Por mais que o modelo manicomial foi substancialmente superado através da luta antimanicomial, segundo Moreira e Passos (2018) não devemos deixar de lado o fato de que a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial no Brasil ainda se mantém rechaçadas de represálias, questionamentos e oposições, principalmente pelas bases da psiquiatria conservadora e tradicional.

PALAVRAS CHAVE: Eugenismo, higienização social, manicômios, racismo.

KEYWORDS: Eugenism, social hygiene, asylum's, racism.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de artigos científicos e publicações encontradas através da ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico. Foram analisados alguns artigos publicados em periódicos nacionais e latinoamericanos, que resultaram da busca de palavras chave como: raça, eugenia e limpeza social. Para efeito deste trabalho, buscou-se trazer de forma concisa os elementos dos cinco artigos mais relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por mais que tenham passados mais de cento e trinta anos da abolição da escravidão no Brasil, a população negra sofre até hoje com a desigualdade racial e os árduos instrumentos de discriminação. A democracia racial em nosso país nunca foi instaurada de forma concreta, pessoas negras sofrem até hoje com os maiores índices de mortes por armas de fogo, com a diferença salarial e com maiores

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

taxas de feminicídio quando comparadas a pessoas brancas; fora ainda, a grande discriminação de religiões afro-brasileiras, como aponta Neto (2018).

Estes dados são importantes para observarmos como o racismo se mostra evidente em diversas esferas da sociedade, seja na esfera econômica, social ou religiosa. A segregação da população negra é um processo que se afirma diante de diversas ferramentas. Não é à toa que desde o início do escravismo colonial e da proclamação da república, o Brasil teve seu desenvolvimento marcado pelo encaminhamento de políticas demográficas e sanitárias voltadas à um processo de eugenia, um “branqueamento” da população brasileira (MANSANERA; SILVA, 2000). Através da facilitação da chegada dos povos europeus ao Brasil, existia uma tentativa de misturar a raça branca com o povo brasileiro, que na época era formado exclusivamente pela população indígena nativa e pela população negra exportada de países do continente africano para a mão de obra escrava.

Esse processo tinha como objetivo propiciar um movimento de marginalização da população negra, mestiça e indígena no país, afim de criar uma identidade nacional caracterizada pela branquitude dentro das próximas gerações marcadas pela miscigenação.

Com o argumento de que negros e índios estavam desaparecendo devido tanto à seleção natural quanto à seleção social, que trabalhava para eliminar estes “tipos inferiores”, e que, por outro lado, os imigrantes europeus estavam sendo cada vez mais assimilados pelo povo brasileiro, criou-se a idéia de que o Brasil embranquecia e, por isso, a “raça brasileira” estava sendo aprimorada. (AGUIAR, 2014, p. 10).

Esse processo levou o nome de eugenia e se instaurou no cerne de nosso progresso, sendo marcado por um projeto de higienização de nossos hábitos e costumes populares, que segundo Mansanera e Silva (2000) não era reconhecido somente pelos governantes da época, mas também pelo discurso médico e psiquiátrico que expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país.

O discurso médico da época entendia que as doenças patológicas eram fundadas pela desorganização e má qualidade do funcionamento da sociedade, vinculando como fator de causa, a existência dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. É aí que percebemos como a imagem da negritude e da pobreza foram sendo construídas ao longo do tempo, desde a época das senzalas até seu trancafiamento dentro dos manicômios.

Por conta dessa idealização, dava-se à medicina um papel fundamental na reflexão sobre a urbanização e planejamento da sociedade, com o objetivo de tratar dos indivíduos e das consideradas “raças inferiores” que viessem a representar qualquer empecilho para o desenvolvimento da nação (AGUIAR, 2012). Na leitura de Barroco (apud MOREIRA; PASSOS 2018) a população negra era lida pela sociedade como o que ele chama de “objeto de medo”, ou “objeto de mal”, e, segundo o mesmo, “na luta contra o ‘mal’ toda moral é suspensa, tudo é válido: o ‘mal’ acaba justificando o próprio ‘mal’: a morte, a tortura, a eliminação do outro”. (BARROCO apud MOREIRA; PASSOS, 2011, p. 210).

É exatamente a partir da lógica de depredar os sujeitos considerados empecilhos, degenerados e ociosos, que os processos de higienização social começaram a mostrar-se cada vez mais

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

predominantes dentro da medicina brasileira a partir do início do século XX, em um período onde a sociedade crescia em uma velocidade imensa. Logo, a higiene passou a ser considerada uma “ciência social” e uma das ferramentas de planejamento urbano.

Esse período histórico propiciou o surgimento de diversas formas de aparição do racismo institucional, principalmente dentro dos Hospitais Colônias da época, pois, conforme Mansanera e Silva (2000), nas primeiras décadas do século XX, a psiquiatria brasileira se esforçava em estudar a prevalência de doenças mentais de origem tóxico-infecciosas, como o alcoolismo e a sífilis, em pessoas racializadas. Para tanto, a psiquiatria trouxe à tona dados que mostravam a população negra e mestiça como tendo mais probabilidade de desenvolver doenças mentais do que a população branca, sejam essas doenças comprovadas de ordem orgânica, psíquica ou mesmo criada pela moral conservadora da época. Em vista disso, os articuladores do processo de higiene social acreditavam que uma nação forte e bem estruturada em termos de saúde mental não podia se construir com a existência de uma raça inferior enervada pela negritude e pela mestiçagem (MANSANERA; SILVA, 2000), vide fato apresentado por Reis onde o mesmo afirma que:

Sobretudo os negros, eram tidos como candidatos naturais a uma vaga no hospício, posto que, segundo o discurso psiquiátrico, eram portadores de traços degenerativos próprios à sua condição racial. (apud AGUIAR, 2012, p.16).

Ao sustentar a ideia da negritude enquanto algo que deve ser culminar ao extermínio, a elite médica e psiquiátrica assinala as práticas dos manicômios e hospitais psiquiátricos como fortes instrumentos de controle e ajustamento social, ambientados pela violência, enclausuramento e patologização dos sujeitos que fugiam dos padrões normativos estipulados pela classe elitista (BASAGLIA, apud MOREIRA; PASSOS, 2011). Além da marginalização de tal população ter o aval da classe médica, Reis (apud AGUIAR, 2012) aponta que os movimentos eugênicos da medicina e psiquiatria continuavam sustentando um discurso extremamente racista direcionado à população negra, ao passo que consideravam suas características típicas, como os cabelos crespos, lábios grossos e narizes largos, pertencentes exclusivamente de pessoas degeneradas e dementes mentais, população de fácil reclusão dentro manicômios.

No período do Estado Novo, o Brasil ainda contou com a transformação do Hospital Colônia de Barbacena num verdadeiro holocausto. Ao longo de oito décadas de funcionamento, se estima que mais de sessenta mil pacientes tenham morrido em decorrência da má estrutura do Hospital. Dentro dessas mortes, tem-se os dados de que

[...] cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder, [...] eram militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. (ARBEX apud NETO, 2018, p. 162).

Não obstante, o tratamento dos sujeitos dentro do Hospital Colônia era o mais hostil possível, marcado pela superlotação extrema, falta de leitos, camas, precariedade e até mesmo a ausência de alimentação e água, falta de profissionais da saúde, de medicação e de assistência. O Hospital

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

Colônia de Barbacena foi espaço fronteiro constituído a partir do discurso sanitarista de periculosidade das pessoas com transtornos mentais e da higienização da sociedade brasileira (NETO, 2018).

Não é à toa que para efeito da institucionalização desses processos de eugenia e higienização no Brasil, em 1918 o médico Renato Kehl criou a Sociedade Eugênica de São Paulo, tendo, em seguida, influenciado a elite psiquiátrica a criar o Centro Eugenético na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, em 1919, sendo considerada como a mais antiga e importante associação da Medicina Mental no país.

Em nome destes discursos marginalizantes, muitas pessoas passaram a vida toda sob condições desumanas, trancafiadas em manicômios e hospitais psiquiátricos pelo Brasil e mundo à fora. Em termos sociais, a eugenia e a higienização social foram responsáveis por uma parcela da estigmatização que a população negra sofre até hoje, pois em consonância com o pensamento de Aguiar (2012) os psiquiatras da época favoreciam essa estigmatização, direcionando-se às populações marginalizadas com os atributos de “mestiços”, “sub-raça”, “resíduos humanos”, “tipos inferiores” e “povo brasileiro” para os outros restantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a primeira carta do Manifesto de Bauru (1987) devemos entender que um manicômio expressa a estrutura de uma sociedade, e se tal sociedade é caracterizada pela opressão contra pessoas negras, indígenas e mestiças, um manicômio assim será. Prova disso é o fato destes sujeitos terem vivenciado um processo árduo de anulação e aniquilação, mascarado sob uma forma legalizada de tratamento psiquiátrico dentro das instituições manicomial, tendo todos os seus laços familiares e sociais rompidos, efetivando a perda de suas identidades e dignidade (GODOY, 2014, s.n.). É por tais motivos que a Luta Antimanicomial se efetiva, contra opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, indígenas e mulheres. Lutar por estes sujeitos é lutar pela dignidade humana. É lutar por uma sociedade sem manicômios!

REFERÊNCIAS

II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. **Manifesto de Bauru**. Bauru, dez. 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

AGUIAR, Marcela Peralva. A causalidade biológica da doença mental: uma análise dos discursos eugênicos e higienistas da liga brasileira de higiene mental nos anos de 1920-1930. **Revista Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 2-27, 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41572/pdf_224. Acesso em: 18 jul. 2020.

Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

GODOY, Ana Boff de. Arquivos de Barbacena, a Cidade dos Loucos: o manicômio como lugar de aprisionamento e apagamento de sujeitos e suas memórias. **Revista Investigações**, Pernambuco, v. 27, n. 2, s.n., jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1217/942>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000100008. Acesso em: 17 jul. 2020.

NETO, Olegario da Costa Maya. Necropolítica da colonialidade no Brasil: segregação e desumanização no hospital colônia de Barbacena e na cracolândia, em São Paulo. **Meridional: Revista Chilena de Estudos Latinoamericanos**, Santiago, n. 11, p. 149-177. 2018. Disponível em: <https://meridional.uchile.cl/index.php/MRD/article/view/50860>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; PASSOS, Rachel Gouveia. Luta antimanicomial e racismo em tempos ultraconservadores. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 178-192, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21351>. Acesso em: 1 jul. 2020.

Parecer CEUA: 98163218.7.0000.5350